

# PSICOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## EDUCAÇÃO

- Violência e indisciplina nas Escolas Públicas de Ensino Médio: estudo sobre a utilização do projeto sobre valores morais

José Roberto Gomes

Daisy Inocencia Margarida de Lemos (orientadora)

# Violência e indisciplina nas Escolas Públicas de Ensino Médio: estudo sobre a utilização do projeto sobre valores morais

José Roberto Gomes

Daisy Inocencia Margarida de Lemos (orientadora)

## RESUMO

Este artigo refere-se a dados parciais de uma pesquisa exploratória que abordou sobre valores morais nas escolas públicas de ensino médio, na Baixada Santista. Tem como objetivo tecer algumas considerações sobre assuntos, tais como: as escolas e as violências; a atuação da escola e a família: parceria fundamental no combate à violência; educação em valores morais; a sociedade atual e a necessidade de educação em valores morais, além de discorrer sobre a utilização do projeto valores como estratégia que visa programar atividades para o desenvolvimento de valores em educação moral nas escolas cívico militares com baixo IDEB, além das diretrizes das escolas cívico militares e as leis educacionais. Para o artigo, o método utilizado foi pesquisa bibliográfica e os resultados obtidos proporcionaram o panorama sobre o tema, fornecendo dados importantes para a realização posterior de pesquisa de campo, exploratória e qualitativa, que foi desenvolvida em escola pública da região da Baixada Santista.

**Palavras-chave:** valores morais; indisciplina e violência; escolas públicas; projeto valores.

---

Daisy Inocência Margarida de Lemos - Psicóloga. Mestre em Psicologia pela PUC-SP. Doutora em Comunicação Social(UMESPSP). Especialização em Psicologia da Saúde (UMESPSP). Especialista em Psicoterapia Cognitivo Comportamental (PUC-SP). Especialista pelo CRP/SP, nas áreas de Psicologia Clínica e Escolar/Educacional. Docente e pesquisadora do Mestrado em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos. líder do Grupo de pesquisa interdisciplinar de Psicologia: Saúde, Educação, Assistência Social (certificado pelo CNPq). Docente e supervisora do curso de graduação em Psicologia da Universidade Católica de Santos. Link do lattes: <https://lattes.cnpq.br/0116148298132420>

Jose Roberto Gomes - Pedagogo pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Pós graduado em Políticas Públicas da Educação (FAEL-PR); Pós graduado em Impactos da Violência na Escola (FIOCRUZ). Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/2066748915841881>

## ABSTRACT

*This article refers to partial data from an exploratory research that addressed Moral Values in public high schools in the Baixada Santista. It aims to make some considerations on subjects such as: Schools and Violence; The performance of the School and the family: a fundamental partnership in the fight against violence; Education in Moral Values; The current society and the need for Education in Moral Values, in addition to discussing the use of the Values Project as a strategy that aims to program activities for the development of values in moral education in Civic Military Schools with low IDEB, in addition to the Guidelines of Civic Military Schools and Educational laws. For the article, the method used was bibliographic research and the results obtained provided an overview of the theme, providing important data for the subsequent realization of an exploratory, qualitative field research that was developed in a . public school in the Baixada Santista region.*

**Keywords:** moral values; indiscipline and violence; public schools; project values.



## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as escolas têm lidado, cada vez mais, com problemas de agressividades, de violências, de incivilidades e por meio delas se revelam as angústias, as revoltas, as agressões físicas e verbais, furtos e desobediência às normas, conforme apontado por Souza e Pinho (2023), que destacam ter havido um aumento significativo de violência nas escolas nos últimos anos, em parte reflexo da violência externa a esse ambiente. Por outro lado, Souza (2019), afirma que as ocorrências mais frequentes de violência nas escolas estaduais envolvem *bullying*, agressão verbal, agressão física e vandalismo.

## Violências nas escolas

As escolas desempenham um papel vital na formação e na transmissão de valores fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, é um espaço de ensino, aprendizagem e de vivência de valores, onde os indivíduos se socializam, brincam e experimentam a convivência com a diversidade humana. “No ambiente educativo, o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência, desenvolvem e fortalecem a noção de cidadania e de igualdade entre todos” (BRASIL 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza a seguinte definição de violência: “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou Impactos da violência na escola uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”, (BRASIL, 2021, p. 5). Em consonância, a violência atinge todas as pessoas, grupos, instituições e povos, e por todos é produzida. Para Assis, Assis, Constantino e Avanci (2010):

Expressa-se sob formas distintas, cada qual com suas características e especificidades. Cada termo utilizado para definir a violência conduz a um mundo conceitual cujos contornos são determinados por uma tradição sociocultural e pela experiência de vida de cada indivíduo.  
(ASSIS, ASSIS, CONSTANTINO e AVANCI, 2010, p. 41).

Relacionado à violência no Brasil, esta traz graves consequências, tais como: perda da qualidade de vida em seu meio social, prejuízo econômico a comerciantes, aumento das despesas com saúde e segurança nos órgãos públicos, transformações no perfil da população, pânico na população, redução da qualidade de vida do povo, atraso no crescimento econômico do local e impactos na saúde pública entre outros. Na educação o conceito de violência é hoje um campo de debates em vários países, sobre o qual não pode haver conhecimento total sobre a violência social na escola, o que implica compreender que há uma pluralidade de conhecimentos e de representações, tal como afirma Sposito (2004, p. 163): “Estamos em fase de reconhecimento e aprofundamento sobre o tema da violência na escola e sobre o contexto que a possibilita”.

Sendo assim, é fundamental a preocupação dos educadores sobre como lidar e evitar os comportamentos antissociais entre os próprios alunos e deles com os professores, pois “A agressividade é um impulso inato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos”, (Assis et al, 2010, p.4). É como um elemento protetor que causa a construção do espaço interior do indivíduo, promovendo a diferenciação entre o ‘Eu’ e o ‘Outro’. Ao contrário da violência, a indisciplina se inscreve dentro do próprio processo de constituição da subjetividade e se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações na parede, xingamentos e agressões físicas a professores, indisciplinas no recreio e roubos no ambiente escolar.

Muitas escolas deixaram de ser reconhecidas como locais de segurança para crianças, adolescentes e adultos que nelas trabalham.

Ao conceituar violência na escola, Assis, Assis, Constantino e Avanci (2010, p. 47-48), apresenta os termos 'incivilidades' e 'intimidação' como os mais comuns nos estudos da área: "[...] são atos que vão da indelicadeza e má-criação das crianças ao vandalismo. São resultantes da pequena delinquência e estão relacionados a formas de relações humanas e à cidadania [...]."



Há necessidade de maior tolerância ao definir o que seja indisciplina quando a escola repensar a forma de construir normas e valores sociais e em que as relações entre professores e alunos se transformam. De acordo com os mesmos autores citados (2010, p. 59), "[...] tudo é passível de discussão, onde a hierarquia fica menos visível, onde os alunos têm o direito de opinar. As dificuldades enfrentadas por professores e direção no conselho de classe trazem à tona conceitos relevantes para a reflexão sobre a violência na escola."

Muitos dos problemas enfrentados pela escola se devem à crise da autoridade na sociedade contemporânea, perdendo-se o elo da tradição que assegurava a transmissão de conhecimentos técnicos e, principalmente, dos valores fundamentais da vida em sociedade. Ainda, embasado em Assis, Assis, Constantino e Avanci (2010):

Além da crise de autoridade e de valores, outros fatores endógenos à própria escola favorecem a eclosão da violência. Dentre eles ressaltam-se: a) ênfase em rendimento escolar e o pouco tempo destinado à atenção individualizada a cada aluno, facilitando o fracasso escolar; b) discrepância de valores culturais de grupos étnicos ou religiosos e os da escola; c) hierarquização rígida da relação professor e aluno, criando dificuldades de comunicação; d) dimensões da escola e elevado número de alunos, levando à massificação do ensino e à dificuldade de criação de vínculos afetivos e pessoais entre alunos e adultos da escola; e) dificuldades nas formas de distribuição de espaços, organização do tempo e conteúdos coerentes com o contexto da aula e de vida dos jovens; f) relações interpessoais fragilizadas entre educadores, entre alunos e entre estes dois atores. (ASSIS, ASSIS, CONSTANTINO e AVANCI, 2010, p. 63).

Segundo a Plataforma Conviva – ambiente virtual de apoio à educação, também houve aumento de ações violentas praticadas por grupos ou gangues nas escolas até o final de 2023. Foram contabilizados 2221 casos contra 68 no mesmo período do ano anterior, bem como um aumento nos casos de violências 77% e os de ameaças 52%. As escolas reconhecem que o tema gera preocupação e buscam, por meio de projetos e ações, enfrentar o problema como é o caso do programa de melhoria da convivência e proteção escolar com a VIVA/SP que,

segundo a Plataforma, oferece a figura do professor como orientador nas escolas, além do apoio de psicólogos que atendem de modo on-line.

Outra estratégia destaque é a repaginação do Programa Escola da Família 2.0 que, em uma de suas frentes, prevê a abertura de escolas aos finais de semana, sobretudo em regiões mais vulneráveis para oferta de ações de esporte, cultura, saúde, trabalho e aprendizagem.

Por sua vez, a Lei nº 13.185, que passou a vigorar em 2015, propõe intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. Neste contexto, a Lei considera intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Uma boa abordagem para a instituição é explicitar aos alunos, professores e todos os integrantes da escola, regras objetivas de convívio. Esta é uma boa oportunidade para se exercitar na comunidade escolar os valores da honestidade, respeito e civismo, auxiliando no ambiente escolar quando “[...] colocamos o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais” (BRASIL, 2021, p. 11).

## Escola e Famílias: uma abordagem em parceria na busca do controle das violências e indisciplinas.

Destacamos a relevância da família e da escola como contextos de desenvolvimento humano em que todos trabalham em conjunto para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento dos adolescentes no que se refere aos conceitos de moral e ética. (Piaget,1994, p.23) aponta dois caminhos fundamentais para a educação que vise à autonomia moral: “Não impor à criança aquilo que ela tem a capacidade de descobrir por si; e criar situações que permitam a ela compreender a necessidade e as razões das regras.” De acordo com o autor, as atividades escolares em grupo são as mais indicadas para a construção moral, pois é nelas que a cooperação é mais provocada. Piaget (1994) destaca que os métodos podem ser classificados de diferentes formas, uma das quais é a classificação quanto à técnica. O autor menciona os procedimentos verbais e os métodos ativos no que concerne ao ensino oral, temos “os procedimentos verbais de educação” (Piaget, 1994, p. 14), um método utilizado pelos educadores para instruir os adolescentes em que se conta com o discurso para educar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – (1997) apontam procedimentos que podemos considerar como exemplos de métodos verbais, a saber: o diálogo; “os espaços de discussão que não sejam baseados em hierarquias” (Piaget, 1994; Puig, 2007); “as disciplinas específicas” (La Taille, 2009) e “as discussões de dilemas” (Kohlberg, 1992 *apud* Bataglia, Morais , Lepre,2010), que são apontadas como um meio de provocar reflexões a partir de um dilema instaurado.

Piaget ( 1994) recorre à própria ação do adolescente em que as atividades possibilitam a todos participarem de experiências morais em ambientes proporcionados pela própria escola( Alencar; De Marchi; Couto; Romanelli;Lima, 2014). A escola ativa, citada por Piaget (1994), tem por fundamento que os conteúdos ensinados às crianças não sejam impostos de fora para dentro, e sim redescobertos por meio de investigação e atividades espontâneas. Esse método está baseado na noção de *self-government*, ou seja, a criança discute por si mesma as leis constitutivas em situações reais.



Existem também possibilidades de procedimentos que podem ocorrer por meio de ambos os métodos, o ativo e o verbal. São esses, por exemplo, a transversalidade (La Taille, 2009; Piaget, 1994) e a contextualização dos conteúdos. A transversalidade caracteriza-se pela integração de temas (sociais e/ou morais) às áreas convencionais de ensino. Nessa perspectiva, não se adota uma disciplina específica para trabalhar os conteúdos morais, que devem ser contemplados por todas as matérias que lecionam. Também é relevante a contextualização dos conteúdos a serem trabalhados e que eles tenham relação com situações práticas e que levem em consideração o contexto social no qual o indivíduo esteja inserido.

Tendo em vista o que foi exposto, partimos do pressuposto de que a escola é um espaço fundamental para desenvolver experiências, mas deve também favorecer o desenvolvimento moral dos indivíduos, visando à autonomia, uma vez que, o que estão em causa não são “indivíduos ou sujeitos abstratos, mas indivíduos reais, sujeitos históricos que se constituem como síntese das relações sociais” (Saviani; Duarte, 2010, p. 425).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, explana a educação como um direito de todos, devendo o Estado e a família promovê-la e incentivá-la junto a colaboração da sociedade com objetivo de desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e qualificação ao trabalho (BRASIL, 1988). Desta forma, entende-se que tanto a família, quanto a escola têm responsabilidades e devem ter o mesmo objetivo: formar plenamente o indivíduo.

Nesta perspectiva, frente às obrigações da família e da escola, há um pressuposto de que a função de educar em integridade e valores é de ambas as instituições. Ora, se é na escola que o aluno passa parte do seu tempo e precisa conviver socialmente com seus colegas, ela também é responsável por desenvolver estas habilidades. Além disso, o objetivo da escola é formar bons cidadãos para conviver em sociedade e, neste ponto, é necessário o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de uma formação em integridade e valores, preconizados pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, 2018).

Claro que se um dos lados, família ou escola, falha neste processo, o outro sente uma sobrecarga no seu trabalho. Esta é uma realidade que professores vivem todos os dias ao receber seus alunos. Dessa forma, é preciso colaborar para a sua formação e qualificá-lo para que, no cotidiano escolar, essas habilidades possam ser desenvolvidas.

### Educação em valores morais: uma necessidade na formação do indivíduo

Aponta Gameiro (2017), que os valores básicos de uma pessoa se adquirem em certa idade como resultado da interação entre aprendiz e educador, bem como de seu contexto social e histórico. São, também, traços relativamente estáveis de sua personalidade, que podem mudar à medida que o indivíduo adquire conhecimento e capacidade de analisar seu contexto. O homem teve uma educação integral com a formação do corpo pela ginástica, da mente pela filosofia e pelas ciências, da moral e dos sentimentos pela música e pela arte, deixando a educação como heranças, as quais tinham o objetivo de preparação para a vida, ou seja, para o desenvolvimento intelectual onde passou a ser dada importância à formação humana (Gadotti, 1999).

Piaget (1994) considera que os seres humanos se tornam morais por um processo de construção, não nascem sabendo avaliar o que é certo ou errado, o que é o bem ou o mal; a capacidade de avaliar se desenvolve ao longo do processo de socialização.

A autonomia dos indivíduos é atingida a partir do momento em que a pessoa já introjetou os valores morais e passa a agir, sem a necessidade de algo imposto, mas sim pelo fato de já ter assimilado os valores morais, ou seja, já começa a pensar a moral por si própria. Assim, na heteronomia, o indivíduo pensa a moral de acordo com regras e normas externas; na autonomia, pensa a moral a partir de regras, valores introjetados, pensados e analisados de dentro para fora. Durante o desenvolvimento moral os dois tipos de respeito, o unilateral e o mútuo, são sentimentos importantes para a aquisição das noções morais (PIAGET, 1994), sendo relevantes para esse desenvolvimento. Piaget (1994) destaca a importância da educação na formação da moralidade dos indivíduos. A Educação em Valores Morais é o processo de desenvolvimento que consiste na construção da moralidade por parte dos indivíduos. O objetivo dessa formação é desenvolver personalidades autônomas, capazes de agir moralmente e construir sua competência cognitiva, afetiva, cultural e orgânica. Dessa maneira, Comte-Sponville (2016), Kohlberg (1992) e Piaget (1994) dão destaque aos valores para a moralidade humana. Kohlberg (1992) propôs seis estágios de desenvolvimento moral, divididos em três níveis, nos quais as pessoas internalizam cada vez mais valores universais como justiça, igualdade e dignidade humana. A generosidade corresponde a dar a outrem o que lhe falta sem que isto se lhe configure como um direito (La Taille, 2006; Piaget, 1994). A generosidade é um valor moral importante que se diferencia da justiça, pois não se configura como um direito. Piaget a considera como a mais racional das noções morais.

Conforme Piaget (1994, p. 3), não se pode falar em moral sem falar em educação, que significa tudo aquilo “[...] que se sobrepõe à constituição inata do indivíduo”. Assim, entendemos a Educação em Valores Morais como o processo de desenvolvimento na construção da moralidade por parte dos indivíduos. Ainda considera-se que sejam os que levam a constituir personalidades autônomas, dando a entender que devem ser os que propiciem aos sujeitos as ferramentas necessárias à construção de sua competência cognitiva, afetiva, cultural e orgânica, de forma a torná-los capazes de agir moralmente.

Como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB, Lei nº 9.394/1996), a BNCC deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Universidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 1996). Diante do contexto histórico-cultural atual e com base nos documentos norteadores, o aluno precisa “[...] comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações” (BRASIL, 2018, p.14).

Uma educação integral, ou seja, a formação global do aluno com o desenvolvimento não só da dimensão cognitiva, mas também da dimensão afetiva, se faz necessária e está prevista na BNCC.

Além das dez competências gerais, a BNCC (BRASIL, 2018) salienta que o desenvolvimento de competências sócio - emocionais, favorece o aluno, não somente no desenvolvimento dessas competências, mas no desempenho escolar no geral, colaborando, inclusive, na formação de uma sociedade pró-social.

Como visto, este deve ser um processo amplo e abrangente, compreendendo todas as dimensões do desenvolvimento do indivíduo e as necessidades de formação que emergem na sociedade. Um projeto de educação é constituído por um projeto de formação da pessoa, assim como um projeto para a sociedade (Gameiro, 2017).



## O Projeto Valores Nas Escolas Públicas Cívico-Militares

O Projeto Valores visa programar atividades para o desenvolvimento de valores em educação moral nas Escolas Cívico Militares com baixo IDEB, em áreas de riscos e de baixo desenvolvimento social, procurando priorizar os valores e atitudes a serem trabalhados, considerando a comunidade escolar, as situações críticas que ocorrem com os seus alunos, desenvolvendo virtudes nos discentes, por intermédio de valores éticos e morais preconizados pelo modelo proposto na BNCC (BRASIL, 2018).

O Projeto Valores nas Escolas Cívico-Militares (ECIM) fundamenta o seu projeto educacional em princípios, tradições e valores necessários ao desenvolvimento de atitudes e hábitos saudáveis à vida em sociedade (BRASIL, 2020, p. 07). Valores são essenciais para que as ECIM possam cumprir a sua missão de prover uma educação básica de excelência, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional fornecer bons exemplos e educar os seus alunos para mudar esse cenário e não permitir que o incorreto passe a ser visto com normalidade.



Nas ECIMs, participantes deste projeto, o Corpo de Monitores militares em conjunto com a Seção Psicopedagógica escolhe o estudo dos temas para incentivar a participação dos alunos jovens cidadãos, no processo de melhoria constante da sociedade na qual estão inseridos, buscando o conhecimento da realidade social e caminhos possíveis à sensibilização desses estudantes para a preocupação e atenção com o outro, com a família, com os colegas de escola, professores e com a sociedade em geral. Para Aranha e Martins (1992, *apud* BRASIL, 2020),

Os valores resultam da experiência vivida pelo homem ao se relacionar com o mundo e os outros homens. São, em parte, herdados da cultura e existem para que a sociedade subsista, mantenha a integridade e possa se desenvolver. Assim, valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito são essenciais para que as ECIM possam cumprir a sua missão de prover uma educação básica de excelência, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional.

(ARANHA e MARTINS, 1992, *apud* BRASIL, 2020, p. 06).

O Projeto Valores proporcionado pela ECIM, busca cumprir a sua missão de prover uma educação básica de excelência, proporcionando ao seu corpo docente que os adolescentes ao final de seus estudos, na Escola, desenvolvam: a autoestima individual e o respeito coletivo, tenham consciência dos valores éticos e morais que a solidariedade pode proporcionar, além de reconhecerem os fatos e personalidades importantes de nossa vida social que são bons exemplos de solidariedade (BRASIL, 2020).

Dessa forma, é importante observar a relevância da proposta de aplicação do Projeto Valores pela ECIM, como ferramenta capaz de desenvolver, nos alunos, competências que os levem a se tornarem sujeitos críticos, pensantes e capazes de intervirem e transformarem a sociedade por meio de ações e atitudes honestas, generosas, íntegras e solidárias que evitem a indisciplina em sala de aula e combatam as violências em todas as suas formas.

### As Diretrizes das Escolas Cívico-Militares e Lei Nº 9.394 (LDB).

No Programa Nacional das Escolas há uma política pública educacional que surge nesse contexto, no intuito de colaborar também na formação de valores humanos e cívicos dos estudantes da educação básica. Nele, busca-se desenvolver o ambiente escolar promovendo a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, de forma articulada com os entes federativos. Ao promover a melhoria da educação básica com ênfase no acesso, na permanência, na aprendizagem e na equidade, o programa contribui para o desenvolvimento do ambiente de trabalho dos profissionais de educação. A inclusão de estudos sobre valores e integridade propostas pelo programa busca contribuir para redução da violência, intolerância, discriminação, preconceito, corrupção, entre outros (BRASIL, 2020). Em muitos aspectos, existe a inversão de valores entre as responsabilidades da família e da escola, e as instituições escolares, participantes da sociedade precisam contribuir com a formação integral dos alunos.

Nesse sentido, é importante pensar em estratégias que permitam incentivar a participação dos jovens cidadãos no processo de construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva na qual eles estão inseridos (BRASIL, 2020). Destacamos, mediante entendimento de Gameiro (2017) e Costa (2007) que princípios são características contínuas de uma instituição. Referem-se às crenças, motivações, isto é, tudo aquilo que uma instituição acredita e se justifica como existência. Essas Escolas também funcionam pautando-se em princípios, como:

- I - Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Respeito às diferenças individuais;
- IV - Valorização dos profissionais da escola;
- V - Gestão democrática;
- VI - Valorização da experiência extraescolar;
- VII - Busca permanente pela melhoria da qualidade;
- VIII - Educação integral;
- IX - Participação ativa da família na escola (BRASIL, 2021, p. 10-11).

A integridade é considerada ao levar em conta que a sociedade se forma através de indivíduos e que estes, estabelecem relacionamentos, fazendo assim necessário que se estabeleça modelos que mantenham sua organização (BRASIL, 2018). Em outras palavras, a sociedade, para funcionar apropriadamente, precisa estar pautada na integridade. Também podemos dizer que a integridade corresponde a uma construção político-social pautada na coerência moral que parte da comunidade, positiva-se no âmbito legislativo, encontra amparo da atividade jurisdicional e retorna à comunidade.

Nessa perspectiva, compreende-se que a escola participa da formação do aluno enquanto futuro cidadão, que ela desempenha um papel que vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos. A Escola, também, por conseguinte, tem a responsabilidade de contribuir para a formação do indivíduo, que, por sua vez, tem responsabilidade pela formação da sociedade. Portanto, todo o processo de construção da sociedade tem que ser feito com integridade, em sua plenitude de valores, considerando que uma pessoa com integridade é aquela que possui uma conduta ética, honrosa e educada, valores que também podem ser desenvolvidos nesta escola. A escola, por sua vez, encontra dificuldades com as rápidas transformações da sociedade, com diferentes visões de mundo, de vida e de costumes. Alunos e profissionais da educação trazem para o contexto escolar seus valores que podem se confrontar. Por isso, é importante compreender quais são esses alunos e o contexto que os permeia.



A educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores.

Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe a sua permanência, não só com a redução da evasão, mas também da repetência e da distorção idade/ ano/ série (BRASIL, 2020, p. 20-21).



É dentro deste cenário que os alunos estão inseridos e todo esse panorama apresentado tem como objetivo refletir sobre os tempos atuais e a necessidade de se repensar a tarefa da escola, diante deste novo contexto. Esta mudança na realidade foi percebida pelos legisladores e está presente na BNCC (BRASIL, 2018). Por exemplo, em sua análise, (BRASIL, 2020) destaca que os conhecimentos transmitidos na escola devem também contribuir para a valorização e o respeito ao próximo, colaborando para a formação de um aluno consciente de sua cidadania. Para que isso ocorra, a escola precisa favorecer o desenvolvimento de valores como a honestidade, justiça, fraternidade, empatia, coerência e cidadania.

## Metodologia

Buscou-se, neste artigo, utilizar uma revisão bibliográfica narrativa, discorrendo sobre assuntos relevantes e pertinentes ao tema elencado. Tal revisão possibilitou levantar material que, posteriormente, serviu como fundamentação teórica de uma pesquisa aplicada efetivada, em seguida em uma escola pública. Tratou-se, portanto, de um estudo mais qualitativo, exploratório, realizado por meio de busca de dados em plataformas científicas, como SciELO e PePSIC, entre outras, bem como em livros, dissertações, sites governamentais, buscando utilizar palavras-chave condizentes com o tema, tais como: valores morais; indisciplina e violência; escolas públicas; projeto valores; escolas cívico-militares, além de descritores como : educação; família e escola. O período pesquisado compreendeu principalmente os anos de 2017 a 2022, incluindo, porém, publicações de anos anteriores por serem pertinentes e relevantes para o tema pesquisado. Neste trabalho, buscou-se dispor o conteúdo em tópicos, conforme consta nos subtítulos percorridos no decorrer deste artigo.

## Discussão dos resultados

De acordo com os autores pesquisados, cujo material foi apresentado nos tópicos elencados, a escola é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência social. Nela, os adolescentes e crianças se comunicam, brincam e experimentam a convivência com a diversidade humana.

No ambiente educativo, o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência, desenvolvem e fortalecem a noção de cidadania e de igualdade entre todos. É o que a sociedade espera!

Violências em escolas públicas nos últimos anos, vem ocorrendo com mais frequências em todo o Brasil, envolvendo bullying, agressão verbal, agressões físicas e vandalismo. Resultam ou têm grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Assis, Assis, G Constantino, Avanci (2010, p. 41) enfatiza que “Expressa-se sob formas distintas, cada qual com suas características e especificidades”. Cada termo utilizado para definir a violência conduz a um mundo conceitual cujos contornos são determinados por uma tradição sociocultural e pela experiência de vida de cada indivíduo.

Na educação o conceito de violência é hoje um campo de debates em vários países. No Brasil a violência traz graves consequências e não se pode ter conhecimento total sobre a violência social na escola, o que implica compreender que há uma pluralidade de conhecimentos e de representações, tal como afirma Sposito (2004, p.163): “Estamos em fase de reconhecimento e aprofundamento sobre o tema da violência na escola e sobre o contexto que a possibilita”. É fundamental a preocupação de educadores

sobre como lidar e evitar os comportamentos antissociais entre os próprios alunos e deles com os professores, pois “A agressividade é um impulso inato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos”, (Assis et al, 2010, p. 4).

Ao conceituar violência na escola, Assis, Assis, Constantino e Avanci (2010, p. 47-48), apresentam os termos ‘incivilidades’ e ‘intimidação’ como os mais comuns nos estudos da área: [...] são atos que vão da indelicadeza e má-criação das crianças ao vandalismo. São resultantes das pequenas delinquências e estão relacionados a formas de relações humanas e à cidadania [...]. Os mesmos autores, ressaltam (2010, p.59) que “[...] tudo é passível de discussão, onde a hierarquia fica menos visível, onde os alunos têm o direito de opinar”. As dificuldades enfrentadas por professores e direção trazem à tona conceitos relevantes para a reflexão sobre a violência na escola. Muitos dos problemas enfrentados se devem à crise da autoridade na sociedade contemporânea, perdendo-se o elo da tradição que assegurava a transmissão de conhecimentos técnicos e, principalmente, dos valores fundamentais da vida em sociedade. Devem estabelecer limites e consequências adequadas para o comportamento dos alunos, inclusive para eles desenvolverem seu potencial, respeitando a diversidade. Uma boa abordagem para a instituição é explicitar aos alunos, professores e a todos os profissionais da educação, regras objetivas de convívio. Esta é uma boa oportunidade para se exercitar na comunidade escolar os valores da honestidade, respeito e civismo, auxiliando no ambiente escolar.

Tendo a família e a escola como contextos de desenvolvimento humano em que todos trabalham em conjunto para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento dos adolescentes relacionados aos conceitos de moral e ética, Piaget (1994) destaca as atividades escolares em grupo como as mais indicadas para a construção moral, pois é nelas que a cooperação é mais provocada. Esse método está baseado na noção de que a criança discute por si mesma as leis constitutivas em situações reais, podendo ser também que existam as possibilidades de ocorrer por meio de ambos os métodos, o ativo e o verbal, onde não se adota uma disciplina específica para trabalhar os conteúdos morais, que devem ser contemplados por todas as matérias que educadores lecionam. Frente às obrigações da família e da escola, há um pressuposto de que a função de educar em integridade e valores é de ambas as instituições. A importância da educação na formação da moralidade na família e a Educação em Valores Morais na escola são os processos de desenvolvimento que consistem na construção da moralidade por parte dos indivíduos. O objetivo dessa formação é desenvolver personalidades autônomas, capazes de agir moralmente e construir sua competência cognitiva, afetiva, cultural e orgânica.

Uma educação integral, ou seja, a formação global do aluno com o desenvolvimento não só da dimensão cognitiva, mas também da dimensão afetiva, se faz necessária e está prevista além das dez competências gerais na BNCC (BRASIL, 2018).

Desenvolvendo virtudes nos discentes, por intermédio de valores éticos e morais preconizados pelo modelo proposto na BNCC, o Projeto Valores visa programar atividades para o desenvolvimento de valores em educação moral nas Escolas Cívico Militares com baixo IDEB, em áreas de riscos e de baixo desenvolvimento social, procurando priorizar os valores e atitudes a serem trabalhados, considerando a comunidade escolar as situações críticas que ocorrem com os seus alunos.

Como visto, o “Projeto Valores” nas Escolas Cívico-Militares (ECIM) destaca e fundamenta o seu projeto educacional em princípios, tradições e valores necessários ao desenvolvimento de atitudes e hábitos saudáveis à vida em sociedade” (BRASIL, 2020, p. 07). Valores são essenciais para que as ECIM possam cumprir a sua missão de prover uma educação básica de excelência, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional, fornece bons exemplos e educar os seus alunos para mudar esse cenário e não permitir que o incorreto passe a ser visto com normalidade.

Valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito se mostram essenciais para que possam cumprir a missão de prover uma educação básica de excelência, proporcionando aos seus alunos o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional.

É importante observar, também, a relevância da proposta de aplicação do “Projeto Valores” pela ECIM, como ferramenta capaz de desenvolver, nos alunos, competências que os levem a se tornarem sujeitos críticos, pensantes e capazes de intervirem e transformarem a sociedade por meio de ações e atitudes honestas, generosas, íntegras e solidárias que evitem a indisciplina em sala de aula e combatam as violências em todas as suas formas.

Concluindo, nessa perspectiva, compreende-se que a escola participa da formação do aluno, enquanto futuro cidadão, que ela desempenha um papel que vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos, como também, tem a responsabilidade de contribuir para a formação do indivíduo, o qual, por sua vez, tem responsabilidade pela formação da sociedade. Portanto, todo o processo de construção da sociedade tem que ser feito com integridade, em sua plenitude de valores, considerando que uma pessoa com integridade é aquela que possui uma conduta ética, honrosa e educada, valores que também podem ser desenvolvidos na escola.

Por fim, é dentro deste contexto que os alunos estão inseridos e todo esse panorama apresentado tem como objetivo refletir sobre os tempos atuais e a necessidade de se repensar a tarefa da escola, diante deste novo contexto, e esta mudança foi percebida pelos legisladores e comunidade em geral, estando presente na BNCC (BRASIL, 2018).

## Considerações finais

Este artigo destacou a relevância de se pesquisar e escrever sobre o tema que diz respeito às violências que ocorrem no ambiente escolar, bem como a necessidade de um envolvimento de todos os envolvidos no processo de educação, ou seja, escola e família, pois ambas instituições se revestem da máxima importância na formação integral do indivíduo a fim de contribuir para que se torne um cidadão. Mister se faz buscar despertar nos educandos, crianças, adolescentes e jovens os valores morais que contribuem para uma convivência social saudável, onde haja respeito mútuo, onde cada um se sinta acolhido e também aprenda a acolher; onde se possa expressar suas opiniões mas também ouvir as dos outros, onde as emoções e sentimentos possam ser manifestados sem que haja críticas negativas ou desrespeito. Destaca-se a relevância de se procurar desenvolver, no espaço e contexto escolar-educacional, ações que busquem despertar valores como a honestidade, justiça, fraternidade, empatia, coerência, com vistas à formação de verdadeiros cidadãos. Para tanto, parece que projetos que visem o desenvolvimento de valores morais conseguem êxito no cumprimento dessa tarefa, devendo ser ampliado para todas as escolas, quer sejam públicas (municipais e estaduais) como particulares. Há necessidade de mais pesquisas que explorem o tema sobre violência nas escolas, a partir das quais seja possível a proposta de ações educacionais, envolvendo educadores e educandos, para que se busque diminuir o surgimento de atos de agressividade e violência nesses espaços.

## Referências

- ALENCAR, H.M; MARCHI, B.F; COUTO, L.L.M.; ROMANELI, M.S.; LIMA, M.G. Educação em valores morais: juízos de profissionais no contexto escolar.
- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), SP. V.18, N.2, maio/ agosto de 2014.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Temas de Filosofia. São Paulo: Moderna, 1992. Acesso em: 5 out. 2023.
- ASSIS, S. G.; ASSIS, G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J.Q. (orgs.) Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010. Acesso em: 5 out 2023.
- BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. Estudos de Psicologia; 15(1); 25-32, 2010. Acesso: 2 out. 2023.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 2 out. 2023.
- BRASIL. LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. Institui o Programa de Combate Intimidação Sistemática (Bullying). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm), Acesso em: 15 abr 2024.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: [www.basenacionalcomum.mec.gov.br](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br) - Acesso em: 2 out. 2023.
- BRASIL. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso\\_informacacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO\\_observaes\\_14072021convertido2.pdf](https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso_informacacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf). Acesso em: 2 out. 2023.
- BRASIL. Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> - Acesso em: 2 out. 2023.

- BRASIL. Projeto Valores. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, 2020. Disponível em: [https://educacao.tce.mt.gov.br/downloads/47/18641/PROJETO\\_VA LORES\\_ECIM.pdf](https://educacao.tce.mt.gov.br/downloads/47/18641/PROJETO_VA LORES_ECIM.pdf) Acesso em: 2 out. 2023.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 3/2018, aprovado em 8 de novembro de 2018 - Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais - PCN: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997- <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>- Acesso em: 2 out. 2023.
- COMTE-SPONVILLE. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes. Editora: Martins Fontes, 3ªED. (2016).Disponibilizado na internet – <http://br.geocities.com/mcrost04/index.htm>. Acesso: 8 out. 2023.
- GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. Ed. Ática. 7ª Ed. São Paulo – SP. 1999. Acesso em: Acesso: 8 out. 2023.
- GAMEIRO, R. V. da S. Princípios e valores dominantes na escola católica de educação básica no Brasil [manuscrito]. Belo Horizonte: FUMEC, 2017. Acesso em: Acesso: 8 out. 2023.
- LA TAILLE, Y. Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed.,2009. Acesso em: Acesso: 8 out. 2023.
- PIAGET, J. O juízo moral na criança, São Paulo: SUMMUS, 1994. Acesso em: 25 out. 2022.
- PLATAFORMA CONVIVA, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar. <https://convivaeducacao.org.br/>.2023. Acesso em: Acesso: 8 out. 2023.
- PUIG, J. M. A construção da personalidade moral. São Paulo: Ática, 2007. Acesso em: Acesso: 10 out. 2023.
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. Revista Brasileira de Educação, [S.l.], v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010.

- SOUZA, I.O.C.; PINHO, A.M. Violência nas escolas brasileiras: Reflexões Sobre O Aumento Dos Casos. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v..9,n.11,2023
- SOUZA, L. Violência Contra Professores E Alunos Cresce Na Rede Pública Paulista. Agência Brasil, 2019
- SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. In: CARVALHO, J. S. Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

